

## 6. Breves comentários aos modelos de neolitização do Centro-Sul de Portugal

*“Owning a cow, or an axe, living in a house, or burying one of one’s kin in a particular way does not make a person Neolithic. It is the recognition of the symbolic potential of these elements to express a fundamental division of the universe into the wild and the tame which creates the Neolithic world.”*

Thomas, 1991, p. 13

Numa primeira leitura de conjunto sobre os dados disponíveis, referentes ao Neolítico Antigo português, enfatizou-se a dependência deste em relação ao fenómeno mais amplo de que foi palco, embora de forma desigual, todo o Mediterrâneo ocidental. O denominador comum, em toda esta região, seria, em termos arqueológicos, a presença da cerâmica cardial, bem estratigrafada na base de algumas sequências neolíticas lígures, provençais, catalãs ou levantinas, entre outras (Guilaine e Ferreira, 1970).

Porém, a limitada representatividade deste suposto fóssil director na maioria dos conjuntos artefactuais identificados entre nós, aliás extremamente fragmentários e provenientes de trabalhos antigos, recolhas superficiais ou achados dispersos, provocou algumas resistências em relação ao reconhecimento de um verdadeiro Neolítico Antigo Cardial em Portugal; à míngua de informações que permitissem avaliar a cronologia relativa da realidade portuguesa face ao mundo cardial clássico, assim como os eventuais vínculos culturais estabelecidos entre ambos, passou a falar-se antes de um Neolítico Antigo “com cerâmica cardial” (Gonçalves, 1978, p. 105; Arnaud, 1982, p. 30), sem que, por isso, tenham ficado resolvidos os problemas fundamentais.

Jean Guilaine, ainda a partir de uma abordagem exclusivamente tipológica, embora escorado em algumas estratigrafias do círculo franco-ibérico, propôs a individualização, no espaço actualmente português, de um segundo momento do Neolítico Antigo, com cerâmicas decoradas impressas e incisadas, mas sem cardial; este horizonte foi denominado de “Grupo da Furninha” (Guilaine, 1976), com base na estação epónima cujos materiais, provenientes de escavações oitocentistas (Delgado, 1884) foram recentemente revistos num estudo crítico sobre a problemática da neolitização no Centro-Sul de Portugal (Diniz, 1994).

Aquele autor, embora reconhecendo a manifesta diversidade regional que se esconde sob o rótulo de Neolítico Antigo Cardial e que, obviamente, dificulta uma explicação difusionista linear, admitiu expressamente a existência de fluxos populacionais de tipo colonial, responsáveis, em última análise, por um certo número de caracteres comuns, observáveis em diversos pontos das margens do Mediterrâneo Ocidental, e em relação aos quais o povoamento da Figueira da Foz constituiria a expansão mais setentrional (Guilaine, 1976, p. 120).

É evidente que a neolitização era, nesta óptica, encarada como um processo em que o substrato indígena não tinha, pelo menos numa primeira fase, qualquer interferência de relevo.

Um modelo alternativo foi entretanto avançado pelos investigadores que, ao longo da década de setenta, efectuaram prospecções sistemáticas na área do complexo industrial de Sines e, pela primeira vez, procederam a escavações relativamente amplas em vários povoados atribuíveis genericamente ao Neolítico Antigo; por faltarem outros elementos, esta atribuição foi feita, mais uma vez, apenas com base na tipologia dos artefactos, e, particularmente, das cerâmicas decoradas (Silva e Soares, 1981, 1982).

Os resultados alcançados, serviram aos seus autores para fundamentar uma proposta de neolitização protagonizada pelas populações mesolíticas locais, estimuladas pela chegada

de “impulsos da corrente neolitizadora do Mediterrâneo Ocidental” (Silva e Soares, 1981, p. 182), corrente cuja tradução, em termos de gentes e produtos, não parecia ter qualquer substância ou, na melhor das hipóteses, seria demograficamente irrelevante.

As posturas teóricas destes investigadores inseriram-se, em termos gerais, na reacção aos exageros difusionistas, valorizando os factores endógenos da mudança cultural, no seio do paradigma evolucionista que marcou a investigação sobre o tema ao longo dos anos setenta (Bernabeu, Emili e Badal, 1993, p. 232).

Sem qualquer recurso a estratigrafias nítidas nem a datações absolutas, identificaram-se dois momentos (Neolítico Antigo e Neolítico Antigo Evolucionado), ambos com decoração cardial pouco expressiva, em termos quantitativos, e diferenciados, no que respeita aos restantes motivos e técnicas de decoração da cerâmica, pela predominância dos motivos impressos e plásticos, no horizonte mais antigo, e pela frequência dos motivos incisos, no mais recente.

Em termos de contexto cultural, o Neolítico Antigo do litoral alentejano e, por extensão, o Neolítico Antigo português, devia integrar-se na mesma tradição que o Neolítico Antigo andaluz, também com escassa expressão da decoração cardial e que, nas últimas duas décadas, se destacou no âmbito do Mediterrâneo Ocidental pelas datações muito altas, aparecendo como um fenómeno, até certo ponto, independente e pelo menos tão antigo como o Neolítico Cardial franco-ibérico (Silva e Soares, 1987).

A explicação evolucionista foi também recentemente valorizada num trabalho de síntese (Jorge, 1990b, p. 93, 94), em que igualmente se defendeu a necessidade de enquadrar o processo de “aculturação” neolitizadora nos diversos contextos regionais, embora reconhecendo a fragilidade da documentação com que actualmente contamos.

Pelo contrário, José Arnaud que, numa primeira abordagem, admitia ainda, como alternativa, a ocorrência de uma transformação interna gradual da economia das comunidades mesolíticas, explorando sazonalmente áreas e recursos diferenciados e influenciadas pelo contacto, por via marítima, com populações já detentoras do modo de vida neolítico (Arnaud, 1982), acabou por defender um modelo assumidamente colonialista (Arnaud, 1990 e 1993).

De facto, os primeiros grupos neolíticos seriam, nesta perspectiva, verdadeiros colonos instalados em áreas litorais, intencionalmente diferenciadas em relação aos territórios preferenciais dos caçadores-recolectores mesolíticos; os recém-chegados seriam, no entanto, detentores de uma economia neolítica ainda incipiente, de tipo misto, em que a caça e a recollecção continuariam a desempenhar um papel de relevo.

Em contacto com as populações indígenas, iniciar-se-ia um processo mais ou menos longo de aculturação, traduzido arqueologicamente pela presença, na estratigrafia ou no topo de alguns concheiros, de cerâmicas neolíticas (raramente cardiais) e que acabaria por contribuir para o abandono definitivo do modo de vida mesolítico.

Outro trabalho recente que se debruçou detidamente sobre a questão da neolitização do território português, apresentando dados novos provenientes do interior da Estremadura, deve-se a João Zilhão (1992); a perspectiva defendida é, mais uma vez, abertamente difusionista, recuperando e desenvolvendo o esquema interpretativo exposto, no início dos anos 70, por Guilaine e Veiga Ferreira e reafirmado por Arnaud.

Nesta óptica, admite-se, embora ainda com uma base factual limitada, a instalação, na Estremadura portuguesa, de colónias cardiais vinculadas ao fluxo franco-ibérico, num momento em que, nos estuários do Tejo e do Sado, prosperavam ainda os caçadores-recolectores mesolíticos, com os quais teriam deliberadamente evitado o contacto ou, pelo menos, a competição territorial. Apesar da ausência total de provas directas da prática da

agricultura por estes grupos e da escassez das evidências de domesticação, as colónias cardiais teriam, segundo este autor, uma economia já integralmente produtora, explorando ambientes diversos que exigiriam especialização localizada; esta leitura postula, por isso, a existência de povoados contemporâneos, ainda por descobrir, especializados na exploração agrícola dos solos mais adequados. (Zilhão, 1992, p. 158-160).

A crítica das teses defendidas por Silva e Soares, fundamentou-se, antes de mais, em alguma inconsistência detectada na publicação dos dados de Sines e nas reservas avançadas por autores espanhóis (Fortea e Martí, 1984-85; Martí, 1987) em relação à antiguidade das datações dos controversos sítios andaluzes, como a Cueva de Nerja, a Cueva de la Dehesilla ou a Cueva Chica de Santiago. Tratar-se-ia, segundo estes autores, de datações eventualmente contaminadas por materiais de ocupações mais antigas, em estratigrafias em que os fenómenos pós-deposicionais teriam sido insuficientemente controlados.

Os povoados do litoral alentejano, com cerâmicas incisas e impressas não cardiais ou com raras cardiais (estas com decoração pouco organizada e disposta quase exclusivamente junto ao bordo), corresponderiam, assim, a uma evolução verificada no âmbito de todo o Mediterrâneo Ocidental, equivalente ao chamado “grupo da Furninha”, ao Neolítico Médio espanhol ou ao epicardial francês (Rubio, 1989, p. 20). No modelo proposto por Zilhão, alguns dos portadores destas cerâmicas seriam, esses sim, aparentados com as populações autóctones dos concheiros, neolitizadas por contactos com as colónias cardiais instaladas na Estremadura.

Mais recentemente, no trabalho de revisão dos dados disponíveis apresentado por Mariana Diniz (Diniz, 1994), apesar de se sublinhar a necessidade de uma origem externa do modo de vida neolítico, em termos económicos, e a própria verosimilhança das deslocações de gentes e haveres (Diniz, 1994a, p. 135), defende-se uma maior complexidade da neolitização do Sudoeste peninsular, “uma pluralidade de movimentos”, uma vez que as discutidas datas andaluzas parecem difíceis de rejeitar, como um bloco, e alguns particularismos regionais parecem atribuíveis a momentos muito antigos, como é o caso da cerâmica decorada a almagre. Admite-se, implicitamente, que a Andaluzia poderia ter constituído um foco primário ou secundário de neolitização, integrado, em todo o caso, numa corrente independente da corrente cardial e eventualmente paralela em termos cronológicos.

Em defesa da validade das datas andaluzas mais antigas, surgiu também recentemente uma síntese regional em que se afirma que estas “tendem a ser cada vez mais coerentes e numerosas” e provariam a contemporaneidade ou mesmo a anterioridade do grupo andaluz em relação ao grupo cardial (Oosterbeek, 1994, p. 31).

A vinculação da Estremadura portuguesa ao círculo cardial franco-ibérico é, por outro lado, posta em causa por Mariana Diniz, com base na ausência de pontos intermédios entre o grupo mais próximo (o Levante espanhol) e aquela área, para além das diferenças formais na organização da decoração cardial, nomeadamente a ausência de impressões feitas por meio do *natis* do *Cerastoderma edule* (Navarrete e Capel, 1980, p. 32) nas cerâmicas estremenhas que, em geral, apresentam também um menor barroquismo decorativo (Diniz, 1994, p. 102, 113); salientam-se também as ausências, no território português, das colheres de osso, com eventuais implicações nos hábitos dietéticos, assim como a lacuna, nos registos arqueológicos, de indicadores directos de actividade agrícola (Diniz, 1994a, p. 145).

No entanto, no que diz respeito a uma hipotética vinculação do Neolítico Antigo português, ou de parte dele, ao espaço cultural andaluz, geograficamente mais próximo, a autora anotou também a ausência ou a escassez, no nosso território, de alguns elementos recorrentes na Andaluzia, como é o caso das pulseiras de calcário e de xisto e das “asapitorro” (Diniz, 1994a, p. 145).

Neste trabalho, procura-se relativizar, na linha dos argumentos avançados recentemente no contexto de uma diferente problemática (Kalb, 1989), a via marítima como trajecto de penetração dos colonizadores (ou dos estímulos) neolíticos, com base na difícil navegabilidade das costas atlânticas, com meios necessariamente rudimentares. Estas dificuldades dizem respeito, sobretudo, à problemática travessia do estreito de Gibraltar e à ausência de boas condições portuárias da costa Sudoeste (Diniz, 1994a, p. 136, 145).

Ao contrário da proposta adiantada por J. Zilhão e, num quadro diverso, por C. T. Silva e J. Soares, Mariana Diniz valoriza o mutismo arqueológico no que diz respeito à prática efectiva da agricultura; na esteira de outros autores (Arnaud, 1993, p. 182; Gonçalves, 1989a, p. 23, 409; Oosterbeek, 1994, p. 5), a emergência de “comunidades plenamente agrícolas” é adiada até ao advento do “processo de calcolitização” (Diniz, 1994a, p. 136).

Teríamos, pois, de acordo com as evidências (ou com a ausência delas) no espaço português e aparentemente também no espaço andaluz, uma neolitização incompleta, em termos económicos; as actividades de caça e recolção continuariam a contribuir decisivamente, reforçadas pela criação de gado, para a subsistência das comunidades neolíticas, em contraste com os grupos levantinos e catalães, por exemplo, em cujos *habitats* está largamente documentado o cultivo de gramíneas.

No que diz respeito especificamente ao Alentejo Central, a escassez de dados sobre o Neolítico Antigo, estranhamente contrastante com um megalitismo a todos os títulos notável, levou a que quase sempre se tivesse considerado a neolitização desta região contemporânea da construção das primeiras sepulturas megalíticas.

Paralelamente, a existência de cerâmica cardial, na fase pós-glaciar da gruta do Escoural (Santos, 1970), foi quase sempre negligenciada como se se tratasse de um episódio desgarrado, sem qualquer implicação em termos da presença efectiva das comunidades que aí sepultaram os seus mortos, ou que, por qualquer outra razão, frequentaram o sítio (Arnaud, 1982, p. 33; Diniz, 1992, p. 107; Zilhão, 1992, p. 161, 162).

A recente revisão dos dados antigos e as novas escavações, no interior e junto de uma das entradas da gruta, não permitiram um esclarecimento cabal da questão; no entanto, confirmou-se a existência de cerâmicas decoradas não cardiais, atribuídas ao Neolítico Antigo Evolucionado e obteve-se uma série de datas de que apenas uma é compatível com as referidas cerâmicas (OxA — 4444), uma vez que, calibrada a 2 sigmas, recobre toda a segunda metade do V milénio a.C. (Araújo, Santos e Cauwe, 1993, p. 76). É certo que esta data foi entretanto relativizada, por razões técnicas, ficando, nesse caso, por datar os referidos materiais arcaizantes (Soares, 1995, p. III).

A chegada dos primeiros povoadores neolíticos reportar-se-ia, assim, apesar dos aspectos nebulosos que o tema reveste, aos dados referidos por Manuel Heleno a propósito dos míticos sepulcros do Ciborro e de Estremoz (Heleno, 1956, p. 29; Leisner e Leisner, 1951, p. 20, nota 27; Arnaud, 1982, p. 30), que o descobridor atribuía ao “neolítico puro”, ou aos monumentos considerados mais antigos no grupo megalítico de Reguengos (Leisner e Leisner, 1951, p. 174; Soares e Silva, 1992, p. 45).

Note-se que só muito recentemente começaram a surgir novos elementos que atestam um povoamento atribuível ao Neolítico Antigo-Médio, ainda muito fragmentários e dispersos, mas já reveladores da presença de grupos contemporâneos ou imediatamente anteriores ao megalitismo funerário mais antigo da região. Refiro-me concretamente aos sítios identificados nos concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Évora (Calado, 1993b; Calado e Sarantopoulos, 1996; Gomes, 1989, p. 264; Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 395, 400; Soares e Silva, 1992), para além dos materiais depositados no Museu de Montemor-o-Novo (Fonseca, 1987, p. 178).

Estes dados, fundamentais no contexto deste trabalho, devem articular-se, de um ou de outro modo, com os poucos sítios por enquanto conhecidos na Extremadura espanhola, concretamente a Cueva de la Charneca (Enríquez, 1986) a Cueva del Boquique (Fernández-Posse, 1980, p. 45; 1982, p. 139), a Cueva de Montanchez (González Cordero, 1985) ou a Cueva del Conejar (Cerrillo, 1983; Saucedo, 1984) e ainda os povoados de Cerro de la Horca (González et al., 1988, p. 87), Plasenzuela (Piñon e Bueno, 1988, p. 222), Los Barruecos (Saucedo, 1986, p. 20) e, certamente mais discutíveis, os de El Lobo (Molina, 1980, p. 106, III) e La Pijotilla (Hurtado, 1984, p. 360).

Os modelos avançados, excepto no que se refere ao trabalho de Mariana Diniz, que tomou em consideração alguns destes dados mais recentes (Diniz, 1994a, p. 101, III e 149), relativos ao interior do Alentejo e à Extremadura espanhola, limitam-se a articular o Neolítico Antigo, inclusivamente na fase Evolucionada ou epicardial, com a faixa litoral, repetindo esquemas que obviamente exigem alguma relativização. A ocupação cardial da Cueva de Chaves, na Catalunha (Baldellou e Castro, 1983), ou a Cueva de los Murciélagos, na Andaluzia Oriental (Vicent e Muñoz, 1973) recomendam indispensáveis matizações que, com os dados actualmente disponíveis, nem sequer alteram o carácter predominantemente costeiro do fenómeno (Rubio, 1989, p. 22).

No contexto de modelos difusionistas demasiado “litoralistas” chegou a propôr-se, recentemente, que a própria substituição das cerâmicas decoradas, de tradição antiga, pelas cerâmicas lisas “dolménicas”, ter-se-ia “dado no litoral, donde estas últimas se expandiram para o interior no contexto da sua colonização pelas comunidades neolíticas construtoras de monumentos megalíticos, as quais seriam assim oriundas da faixa costeira” (Zilhão, 1992, p. 162).

Quanto às vias de penetração dos primeiros grupos neolitizadores no interior do Alentejo, a maioria dos autores, propõe, implícita ou explicitamente, um sentido Oeste-Leste, a partir dos estuários do Tejo e do Sado (Arnaud, 1978, 1982, 1990; Silva e Soares, 1981, 1982; Zilhão, 1992) e, eventualmente do litoral alentejano; no entanto, como atrás referi, uma vez que se subestimaram as raras evidências mais antigas, essa penetração foi geralmente encarada no quadro do megalitismo funerário. Mariana Diniz, porém, considera a possibilidade de uma colonização no Neolítico Antigo, a partir da área andaluza, pelo interior, sem, no entanto, explicitar mais concretamente essa proposta (Diniz, 1994a, p. 144), nem procurar estabelecer qualquer relação com o início do fenómeno megalítico.

Em reforço desta tese, é de salientar o contributo de J. J. Enríquez Navascués, a propósito da Cueva de la Charneca; este autor, apesar de reconhecer a semelhança artefactual entre o horizonte representado naquela gruta emeritense e o Neolítico Antigo Evolucionado português, defende, naturalmente, que “pela proximidade geográfica é na Andaluzia ocidental onde há que buscar primeiro relação” (Enríquez, 1986, p. 23).

Aproveito para recordar aqui os dados actualmente conhecidos sobre a neolitização aparentemente precoce do Algarve ocidental. Para além do clássico sítio da Cabranosa (Ferreira, 1970; Zbyszewski et al., 1981), com cerâmica cardial, já considerado na síntese de Guilaine e Veiga Ferreira, foram entretanto identificados outros povoados abertos com cerâmicas impressas e incisas, destacando-se o povoado da Caramujeira, onde foram efectuadas sondagens, e os das Areias das Almas e Areias do Alfanzina (Gomes, Monteiro e Serrão, 1978, p. 38, 57; Gomes e Monteiro, 1979, p. 20).

Estes sítios ajustam-se, aparentemente, ao padrão de distribuição maioritariamente costeira do Neolítico Antigo peninsular, denunciando quiçá uma escala na rede de conexões oriente-ocidente em cuja urdição, como se viu, a maioria dos autores tem subentendido, ainda sem qualquer prova, a prática da navegação de cabotagem.

É de assinalar, por outro lado, uma certa segregação entre a paisagem em que estes núcleos se implantaram e aquelas que, no Algarve em geral, foram demarcadas pelas diferentes formas de arquitectura megalítica funerária (Gonçalves, 1989a, p. 38), se exceptuarmos o caso do recentemente publicado monumento da Pedra Escorregadia (Gomes, 1993). Em contrapartida, trata-se de uma área muito circunscrita, onde se reconheceu um dos mais importantes conjuntos de menires (e talvez recintos megalíticos/cromeleques) da Península.

Em termos de estratégias de implantação, os modelos gerados a partir da análise diacrónica do conjunto dos Chãos de Sines (Silva e Soares, 1984), começam, desde há algum tempo, a sofrer as primeiras vacilações.

Efectivamente, os padrões lineares de implantação na paisagem baralharam-se à medida que novas realidades têm vindo a ser incorporadas no registo arqueológico. No Neolítico Antigo, por exemplo, surgiram povoados que dificilmente classificaríamos como abertos, o que não implica também, necessariamente, uma verdadeira preocupação com aspectos defensivos.

Além disso, as áreas ocupadas pelos povoados de Vale Pincel I, por um lado, e Vale Pincel II e Monte Novo, por outro, apresentam consideráveis diferenças de extensão, sobre as quais vale a pena reflectir. A questão dos efectivos demográficos que podem subjazer a estas diferenças, tem sido, mais ou menos assumidamente, encarada em termos de dispersão/concentração do *habitat*, o que, à falta de bons argumentos stratigráficos e espaciais (em termos de eventuais estratigrafias horizontais), não é, concerteza, a única via de explicação para o problema.

A extensão de alguns povoados do Neolítico Antigo, ou a dispersão de pequenos núcleos em extensas áreas mais ou menos contínuas, como parecem ser os casos da Figueira da Foz (Vilaça, 1988), ou dos conjuntos recentemente identificados nas proximidades do Almonda, ao longo da escarpa de falha do Arrife (Carvalho e Zilhão, 1994, p. 53, 1995), ou ainda nos arredores de Évora (Calado e Sarantopoulos, 1996), pode explicar-se, pelo contrário, por um processo de intensificação do povoamento em áreas muito seleccionadas o qual, com a transição para uma verdadeira economia agro-pastoril, se tenha dispersado em núcleos de menor expressão populacional, a que corresponderia uma maior cobertura dos territórios e uma menor especialização económica.

Os factores demográficos, cujos mecanismos não devem ser lidos exclusivamente em função da relação população-recursos, podem, por hipótese, colocar-se na primeira linha entre as causas que terão desencadeado o movimento de grupos humanos já neolitizados, ou em vias de neolitização, do litoral para o interior; estes grupos parecem ter sido os verdadeiros agentes de um processo de transformação da base económica e do tecido social, propício à introdução de novas práticas culturais, como é o caso do megalitismo. Resta procurar no registo arqueológico indicadores destes movimentos, que podem não ser nem unidireccionais nem estritamente contemporâneos.

A relação entre o processo (ou os processos) de neolitização no interior do Alentejo e o substrato mesolítico tem sido também vagamente abordada, nos últimos anos, em torno da questão das indústrias languedocenses (Jorge, 1974; Raposo e Silva, 1980-81, 1984; Silva, 1994; Raposo, 1994).

É ponto assente que os dados surgidos nos últimos anos parecem confirmar a inclusão sistemática daquele tipo de artefactos, nalguns casos em estratigrafia, nos espólios dos povoados do Neolítico Final-Calcolítico (Enríquez e Iñesta, 1985, p. 18; Enríquez, 1990, p. 211; Gonçalves, 1989a, p. 14; Molina, 1980, p. 114, 115 e 126; Soares e Silva, 1992, p. 71) e, numa percentagem aparentemente ainda maior, do Neolítico Antigo-Médio das margens do

Guadiana (Soares e Silva, 1992, p. 44-46; Silva, 1994, p. 82-83; Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 395, 400).

Pode sempre argumentar-se, com algum cepticismo, com a falibilidade das leituras estratigráficas, enquanto não haja estudos conclusivos sobre os processos concretos de formação dos depósitos arqueológicos e as perturbações pós-deposicionais. Mais difícil, apesar de credível, parece, por enquanto, a vinculação das indústrias macrolíticas languedocenses alentejanas a comunidades anteriores à neolitização, uma vez que estão ausentes as estratigrafias, as associações artefactuais e as datações que o comprovem; no entanto, e é apenas um argumento pela negativa, conhecem-se muitos sítios em que estão virtualmente ausentes as cerâmicas e outros artefactos de feição neolítica.

Numa recente revisão do problema, optou-se por manter em aberto a alternativa das “diferenciações funcionais” entre os distintos contextos ou da evolução local de populações de caçadores-recolectores que teriam mantido até ao Calcolítico, a mesma “tradição tecnológica” (Silva, 1994).

A disjuntiva pode ainda alargar-se, se considerarmos a possível coexistência e mesmo a interacção entre grupos neolíticos de tradição languedocense (Oosterbeek, 1994, p. 5, 26; 210) e as populações neolíticas de suposta tradição cardial; uma tal diferenciação parece, no Alentejo interior, ser dificilmente observável, uma vez que, como se sabe, nos povoados com cerâmicas impressas dos arredores do Guadiana encontramos razoavelmente bem documentadas as características indústrias macrolíticas.

No Alto Ribatejo, ao que parece, os materiais languedocenses aparecem, em muitos casos (Oosterbeek, 1994a, p. 444, 446 e 453) associados a cerâmicas lisas e machados de pedra polida, o que, aparentemente, apela a cronologias avançadas, nomeadamente o Neolítico Final-Calcolítico. Os trabalhos de Vaquer no Languedoc (Vaquer, 1990) apontam, aliás, no sentido do rejuvenescimento dos conjuntos languedocenses que, em geral, não parecem anteriores ao epicardial.

Em síntese, vejamos as principais questões seleccionadas, no âmbito do Neolítico Antigo-Médio do Alentejo Central, cuja discussão tentarei enriquecer com os novos dados disponíveis e algumas novas perspectivas:

1. Difusionismo/evolucionismo no processo de neolitização regional.
2. Economia e demografia das primeiras comunidades neolíticas.
3. Estratégias de povoamento
4. Relação entre a neolitização e o(s) megalitismo(s).